

XXXIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS

CAXAMBU – 19 a 23 de Outubro de 1999

GT METROPOLIZAÇÃO

Trabalho N. 99GT0712

Título

*"Digital Divide" -
Reflexões sobre novas formas de exclusão social*

Rainer Randolph - IPPUR / UFRJ

Mário Hélio Trindade de Lima - Dep. Sociologia / UFES

Rio de Janeiro – Vitória, agosto de 1999

“Once it was the Jet Set that mere mortals admired –
in the new millennium it will be the NET Set”.
Evening Standard, London, 29/07/1999

1. Apresentação

Em investigações recentes¹, a temática do acesso diferenciado de diversos segmentos e/ou classes sociais às (não apenas novas) tecnologias de informação e comunicação (TIC) vem sendo estudada, com referência a diferentes escalas desde a internacional entre diferentes países como as nacional, regional, municipal e local, em relação a três elementos principais: levanta-se e compara-se o acesso à telefonia; ao uso do computador e à Internet por parte de determinados grupos da população, diferenciados por renda, educação, etnia, sexo e outros critérios. Consta-se uma distribuição desigual deste acesso tanto entre diferentes sociedades como também no interior de cada uma; e começou a se chamar esta expressão particular da desigualdade (inter- e intra)social de “Cisão Digital” - ou “digital divide”.

Nosso ensaio tem como objetivo central abrir uma discussão a respeito destes fenômenos; procuramos, em particular, fornecer primeiros elementos para um aprofundamento da reflexão através da busca de um referencial teórico-conceitual para este debate que se mostra bastante preso a meras constatações empíricas, abordagens classificatórias pouco sofisticadas que se satisfazem com a elaboração com tipologias a partir de levantamentos estatísticos. Nosso caminho será “radicalizar” a própria problematização. Quer dizer, não tratar os fenômenos acima referidos como expressões (ou características) de “desigualdades”, mas de “exclusões” – com isto aproximaremos nosso estudo a um rico campo de análise que está merecendo atenção por uma série de autores renomados ultimamente. As reflexões acerca da exclusão social serão, portanto, por nos apropriados para compreendermos melhor (em termos extensivos e intensivos) o significado daquilo que começou a ser chamado de “digital divide”. E, finalmente, esta compreensão pode nos capacitar para retribuirmos à discussão sobre a exclusão a identificação de formas e dinâmicas novas que desafiam a “validade” e “verdade” das perspectivas mais difundidas.

Toda essa investigação² inscreve-se no mesmo contexto como dois terços dos trabalhos atualmente publicados que procuram analisar, compreender ou até explicar as transformações ou a transição pelas quais passa o mundo hoje na virada para um novo milênio. Na medida em que – apesar de continuar inconclusivo – este debate está se

¹ Em particular, e nós voltaremos a isto mais tarde, há um esforço acentuado por parte do Ministério de Comércio dos EUA de acompanhar, medir e compreender estes processos; em relação às próprias tecnologias de informação e comunicação está encarregado um órgão deste ministério, a National Telecommunication and Information Administration (NTIA) a elaborar relatórios desde 1996. Em outros países e regiões do mundo industrializado encontramos iniciativas semelhantes (vide nossa análise de programas na União Européia em Randolph 1998)

² Os autores, isolada e conjuntamente, desenvolvem linhas e projetos de pesquisas voltados para a problemática tanto do avanço das TICs – adotando uma visão crítica em relação aos seus consequências especialmente cum país como nosso -, das transformações sociais e espaciais e da questão das desigualdades sociais e da pobreza nas suas diferentes modalidades de expressão;

tornando cada vez mais lugar comum não apenas no debate acadêmico, dispensa aqui a necessidade de retomar os posicionamentos e argumentações. Quando desbruçamos, posteriormente, sobre diferentes perspectivas, já será mais voltado à problemática específica do nosso trabalho: a “cisão” (“divide”) ou “exclusão digital”. Tendencialmente parece nos necessário, para dar conta da importância e abrangência do tema, dentro de uma abordagem que distingue entre centro - como “lugar” daqueles que tem pleno acesso às benesses das TICs - e periferia - onde este acesso é precário ou mesmo não existe -, debater toda a complexidade de um encadeamento de distintas formas interdependentes de exclusão que perpassam os níveis macro (internacionais), regionais, nacionais, sub-nacionais até se manifestar concretamente na escala da cidade. Nosso trabalho não vai poder, por razões óbvias, abarcar todo este universo de questões.

Dedicaremos-nos, inicialmente, levando em conta o já assinalado caráter e a pouca profundidade da discussão sobre o “digital divide”, a uma reflexão sobre a *exclusão* que pudesse informar melhor os levantamentos e análises de pouca profundidade teórico-conceitual. À luz dos elementos (critérios) destacados pela reflexão teórica realizaremos depois uma apropriação conceitualmente norteada dos principais fenômenos atribuídos à cisão digital; para finalmente identificarmos provisoriamente as limitações – dada a *qualidade estratégica* das mudanças que se imagina sob o título do digital divide – mesmo das abordagens da “teoria da exclusão”.

2. Exclusão Social e Segregação Espacial

a) As transformações da sociedade do trabalho

A exclusão social vem sendo definida como um conjunto de processos que afetam àqueles segmentos sociais impossibilitados de conseguir um lugar estável nas formas dominantes de organização do trabalho e nos modos reconhecidos de pertencimento comunitário, e se constitui pela presença de “supranumerários”, indivíduos que se encontram às margens do mercado de trabalho e nas franjas da estrutura social – ‘desempregados de longa duração’, ‘trabalhadores vítimas de readaptações industriais’, ‘inempregáveis’, ‘inúteis para o mundo’, ‘jovens lançados em ocupações provisórias’, excluídos de todo tipo (Castel, 1995). Como pano de fundo do debate encontra-se o pressuposto da existência de uma “crise na sociedade do trabalho” traduzida na perda da centralidade do trabalho como princípio de integração social (Offe, 1989, Dahrendorf, 1992; Habermas, 1987)

O argumento estabelece uma relação de causalidade entre as transformações no mundo do trabalho através do crescimento do desemprego e da precarização do trabalho, que põem em questão a crise da condição do estatuto salarial e do trabalho assalariado como suporte da identidade social. Este processo tem como origem, por uma lado, uma crise do mercado de trabalho, que perde a capacidade de absorção mesmo dentro de circunstâncias de crescimento da produção de bens e serviços, e por outro lado, numa perda de capacidade subjetiva do trabalho remunerado em servir como núcleo estruturador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais (Offe, 1989). Tanto a crise do mercado de trabalho, quanto a crise na identidade social do trabalhador, têm como resultado a exclusão social.

A “crise na sociedade do trabalho” e, como efeito mais imediato, a exclusão social, segundo Clauss Offe, se caracteriza por um conjunto de problemas relacionados ao fato de que, considerando-se “uma sociedade, onde as possibilidades de renda, de participação e

de vida estão vinculados ao trabalho remunerado, aqueles que não conseguem inserir-se de forma estável no sistema ocupacional, (...) estão ameaçados com o estigma do fracassado, do descartável, e por isso prejudicados em suas condições de vida”(1989, p.8); em segundo lugar, à crise do Estado de bem-estar que não pode mais honrar os direitos garantidos, e, finalmente, a tendência à diferenciação interna do trabalho remunerado frente ao crescente volume da força de trabalho ou do tempo de trabalho excluído do mercado; “a qualidade de trabalhador torna-se imprópria para a fundamentação da identidade- e assim também para o enquadramento sociológico uniforme dos interesses e da consciência- daqueles que são trabalhadores”(Offe, 1989, p.8).

As mudanças nas condições técnicas de produção e nas relações sociais de trabalho ditadas pela flexibilidade e o aparecimento de contratos de trabalho por tempo determinado produzem efeitos de proporção considerável sobre os riscos de existência social para os diretamente atingidos por estes processos. Observa-se, principalmente, que a diferenciação no seio da força de trabalho e a heterogeneidade na composição interna da força de trabalho conduz à uma estratificação no conjunto dos assalariados em grupos relativamente bem delimitados, com recursos, opções e estratégias específicas.

A segmentação do mercado de trabalho, isto é, a distinção entre núcleos protegidos e trabalhadores instáveis e a formação de dois segmentos de emprego, de um lado, um mercado primário, formado por trabalhadores qualificados, melhor pagos e mais protegidos, e de outro lado, um mercado secundário, constituído por trabalhadores menos qualificados e mal pagos, acentuam ainda mais as disparidades entre diferentes categorias de trabalhadores que ameaçam romper a unidade da classe operária.

Este conjunto de problemas acerca das transformações do mundo social revelam as teses fundamentais sobre as tendências atuais do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, constata-se um processo de diferenciação interna do trabalho remunerado, através de crescente variação entre diversas situações de trabalho, com respeito a renda, qualificação, estabilidade no emprego, que rompem com o poder de determinação do trabalho remunerado, sobre a consciência social, a percepção de interesses e o comportamento político dos trabalhadores. Assim os processos de diferenciação (segmentação do mercado de trabalho e a polarização das qualificações) e as mudanças econômicas, organizacionais e técnicas das condições de trabalho promovem uma erosão das sustentações culturais e políticas de uma identidade coletiva centrada no trabalho (Offe, 1989, pp. 20,21).

Se na sociedade industrial, para a maioria dos indivíduos, o trabalho funciona como o elemento de integração social, pois se a maioria da população trabalhadora é assalariada, o trabalho constitui um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, e é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social (Castel, 1995, p.417). Mas se as mudanças no mercado de trabalho indicam tendências em curso que acentuam clivagens e fragmentam os trabalhadores, ao mesmo tempo que aumentam os riscos de instabilidade e vulnerabilidade de massa, estamos diante de uma situação de crise no princípio do trabalho como suporte de integração e de reconhecimento social: “para categorias cada vez mais numerosas da população ativa, a identidade do trabalho está perdida” (Castel, 1995, p.531).

Por outro lado, Offe aponta uma descentralização da esfera do trabalho frente a outros âmbitos vitais, e uma perda da validade e da centralidade subjetiva do trabalho, reduzindo-se a participação dessa atividade no indivíduo. Processo que se acentua ainda mais com a

‘desprofissionalização’ do trabalho, desaparecendo o lado subjetivo da profissão, no sentido de um código ético, do orgulho profissional e do reconhecimento social

Em suma, sob essa perspectiva, a capacidade de absorção no mercado de trabalho reduz-se drasticamente, reduzindo-se a parcela de tempo de trabalho no tempo de vida, ou ainda surgindo uma parcela da população marginalizada da esfera remunerada (Offe, 1989,p.28). Uma das consequências dessas tendências apontadas é o crescimento ou a formação “no foco do desemprego estrutural, de subculturas de uma economia ‘informal’ próxima à pauperização, ou de uma economia clandestina, cujos participantes adquirem uma aversão no mínimo passiva com respeito aos valores e às regras legais da ‘sociedade do trabalho’, podendo facilmente enrijecer-se em uma cultura do desemprego subproletária, em uma ‘não-classe’ de não trabalhadores” (Offe, 1989:33)³.

A presença de um segmento periférico e residual, constituído por trabalhadores inempregáveis, localizados em uma zona de exclusão do trabalho regular e estável e dos vínculos sociais, é associada à formação de um “individualismo negativo” definido por “uma ausência de lugar” de segmentos sociais “não-empregados” que exprime um conjunto de “não atores sociais”, “não-forças sociais”, “normais inúteis” (Castel, 1995, p.530). Individualismo negativo, segundo o autor, porque se caracteriza em termos de falta de vínculos e ausência de suportes.

O fenômeno da exclusão social tem sido compreendido, assim, como um processo simultaneamente econômico, cultural e social que afeta a grupos sociais que não possuem os requisitos mínimos para ingressar no mundo do trabalho, portanto desnecessários economicamente, e não possuem os direitos reconhecidos, estando sujeitos à ruptura dos vínculos societários e comunitários. Para alguns autores, esses processos conduzem ao surgimento de uma “subclasse”, quando as patologias sociais se acumulam para criar uma condição a longo prazo em grupos sociais com as seguintes características; ausência de qualificações e o desemprego, residência em áreas específicas e dependência e apoio da seguridade social (Dahrendorf,1992:159).

b) Segregação e isolamento social

Na medida em que a questão da exclusão continua basicamente vinculada à inserção no mercado de trabalho (e no exercício do trabalho assalariado), a compreensão das formas materializadas espacialmente da segregação de determinados contingentes entre distintos segmentos sociais reporta-se às mesmas referenciais.

Assim, por exemplo, Wilson chama atenção para o crescimento de níveis de desemprego e suas consequências para a vida social nos guetos. A origem dos principais problemas do gueto, tais como crime, dissolução familiar, baixos níveis de organização social, entre

³ Offe tem como parâmetro, um modelo de sociedade no qual o trabalho torna-se tendencialmente cada vez mais escasso, onde todos devem dedicar apenas uma pequena parcela de tempo ao trabalho remunerado formal e, portanto, “o acesso de todos ao trabalho depende da renúncia parcial ao trabalho por parte de cada indivíduo”. Do contrário, Offe avalia que o número crescente de excluídos seria suficiente para “implodir a malha de segurança social”. Como desdobramento deste quadro, uma das consequências mais importantes, segundo o autor, é um deslocamento no eixo dos conflitos sociais, isto é, “tratar-se-ia não mais do trabalho contra o capital, mas do trabalho aliado ao capital contra o resto dos ‘descartáveis’ ao trabalho remunerado”, talvez como uma das expressões de tendências a um “comportamento não-solidário” (Offe, 1989,p.9).

outros, estaria relacionada diretamente com o desaparecimento do trabalho (Wilson,1997). Defende uma ampla abordagem capaz de incluir todas as principais variáveis – estrutura social, cultura, sócio-psicológicas- e revelar o significado de suas interações na determinação de experiências e chances de vida para o segmento de habitantes dos guetos.

O declínio de oportunidades de emprego associado à reestruturação atinge a um amplo segmento de baixas rendas aprofundando os contrastes e desvantagens dos moradores de gueto. Ao mesmo tempo o êxodo de setores da classe média negra e da classe trabalhadora para outras áreas da cidade, acabam por reforçar o isolamento social dos residentes em áreas deprimidas econômica e culturalmente. Segundo Wilson, até recentemente a convivência da classe trabalhadora com a classe média negra nas mesmas comunidades contribuíam para reforçar e perpetuar os modelos dominantes de normas e comportamentos. Uma das principais características de mudanças no anos 80 é portanto o abandono dessas áreas por famílias empregadas e estabilizadas e o confinamento de grupos de famílias e indivíduos que, embora heterogêneos, dividem em comum a mesma posição de desvantagem e de exclusão do *mainstream system occupational*- definidos como uma *underclass*. Segundo este autor:

“Included in this group are individuals who lack training and skills and either experience long-term unemployment or are not members of the labor force, individuals who are engaged in street crime and other forms of aberrant behavior, and families that experience long-term spells of poverty and/or welfare dependency” (Wilson, 1987, p.8).

Segundo o autor, o debate sobre o tema da *underclass* deve enfatizar as relações entre as características culturais específicas do gueto e as oportunidades sociais e econômicas. Deveria ser considerado não somente as mudanças na organização da economia, mas também as mudanças demográficas e as mudanças no papel do Estado. Neste sentido, a conexão das relações entre desemprego e estrutura familiar, desemprego e desordem social, e desemprego e orientação social de diversos grupos etários, deveriam ser consideradas, no programa de pesquisas sobre os guetos.

O surgimento de uma subclasse negra confinada nas áreas decadentes e cada vez mais isoladas, assim como o aparecimento de uma nova pobreza com a formação de guetos para imigrantes nas grandes metrópoles do “Primeiro Mundo”, são assim considerados como fenômenos que expressam novas formas de exclusão social. Nesta perspectiva, Wacquant chama atenção para distinções sócio-espaciais entre o gueto americano e a periferia metropolitana francesa, submetidas a lógicas diferentes de segregação e a níveis distintos de influência de raça, classe e localização, embora estes fenômenos que estão se processando nas grandes metrópoles possam representar os indícios de “cristalização de uma nova e ainda incipiente porém distinta forma de marginalidade avançada”. A noção de marginalidade avançada concebida por Wacquant como um tipo ideal, visa permitir contrastar certos traços e variações significativas da pobreza urbana no período fordista do pós guerra. A definição do processo de marginalidade avançada apresentada pelo autor é a seguinte:

“Visto deste ângulo um tanto prospectivo, o ‘retorno das realidades recalçadas’ de extrema pobreza e destituição social, as divisões etnoraciais (ligadas ao passado colonial) e a violência pública, e a sua acumulação nas mesmas áreas urbanas agonizantes, sugere que as cidades de Primeiro Mundo estão agora enfrentando o que podemos chamar de marginalidade avançada, isto é, novas formas de encerramento social excludente e de marginalização que surgiram- ou intensificaram-se- na cidade pós-fordista como resultado não do atraso, mas das transformações desiguais e desarticuladas dos setores mais avançados das sociedades e economias ocidentais, à medida em que estas

repercutem nos extratos mais baixos da classe trabalhadora e nas categorias etnoraciais dominadas, bem como nos territórios que estas ocupam na metrópole dividida” (Wacquant, s/d, p. 133).

Para delimitar as propriedades distintas que caracterizam o fenômeno da marginalidade avançada, Wacquant aponta os seguintes elementos:

- A erosão da capacidade integradora da relação trabalho-salário, considerando-se as mudanças relacionadas à flexibilidade das relações de trabalho e as mudanças no padrão de regulamentação estatal do trabalho assalariado, que conduz a fragmentação e precariedade do mercado de trabalho.
- A deterioração das condições de vida e o desemprego estrutural que atingem amplos segmentos da população, simultaneamente ao crescimento econômico.
- Concentração da marginalidade em territórios estigmatizados.
- A alienação territorial ou a dissolução do lugar, traduzido pelo enfraquecimento das ligações comunais e instituições de reciprocidade.
- Perda dos vínculos com o trabalho assalariado e a desproletarização total de grande segmentos da população local acometidos pelo desemprego permanente, e a recorrência de estratégias de sobrevivência como o ‘Hustling’⁴, comércio informal, trabalho clandestino entre outros procedimentos.
- Fragmentação simbólica e social dentro de um contexto de decomposição de classe, desproletarização, dispersão e fragmentação dos novos pobres urbanos(Wacquant, 1995).

Finalmente, vale lembrar, uma das contribuições mais interessantes sobre as áreas do espaço urbano que concentram propriedades negativas de estigmatização social e simbólica podem ser extraídas de análises das relações entre espaço social e espaço físico, como propõe modelo de Bordieu. Em seu modelo de espaço social, os agentes e grupos ocupam um campo de posições sociais relacionadas umas às outras, assim como se encontram, distribuídos e localizados em regiões do espaço físico. O espaço social é constituído de modo que os agentes e grupos são distribuídos em função de sua posição social, estabelecida de acordo com dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural. As diferenças associadas a posições sociais diferentes funcionam como diferenças simbólicas que implicam distintas categorias sociais de percepção. Os habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas, mas são também esquemas classificatórios.

No modelo proposto por Bordieu, os agentes sociais e as coisas apropriadas pelos agentes se encontram situados num lugar do espaço social que se caracteriza por sua posição em relação a outros lugares e pela distância física que o separa deles. Segundo Bordieu: “como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições” (Bordieu,1997, p.160). A estrutura do espaço social se apresenta, assim, sob a forma de oposições espaciais. O espaço físico exprime as hierarquias e as distâncias sociais. O espaço social se expressa através da distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens e serviços e também grupos localizados e dotados de oportunidade de apropriação desses bens e serviços, “é na relação entre a

⁴ O próprio Wacquant nos explica, em “A Zona”(Bordieu, 1997, p.177), que: “O mundo do hustling se opõe àquele do trabalho assalariado onde tudo é, ao menos em teoria legal e reconhecido (Legit), regular e regulado ...”em suma, o verbo to hustle designa um conjunto de atividades ilícitas e ilegais.

distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (Bourdieu, 1997, p.161).

Na topologia social de Bourdieu, as zonas do espaço social, consideradas como um conjunto de posições em relação de homologia, oposição, distância, são retraduzidas no espaço físico através da relação entre zonas segundo a distribuição de agentes dotados de capital e propriedades em bens e serviços.

3. Expressões do “Digital Divide” e Sistematização de suas Características

Como vimos, as reflexões acerca da exclusão econômica e social (que não se restringe apenas a estas “dimensões”, mas é também política e cultural) gira em boa parte em torno da inserção individual no mercado de trabalho. O “ator” está objetivamente e se sente subjetivamente “integrado” à “sociedade” (isto é não-excluído) quando integra a economia capitalista assumindo um dos papéis por ela oferecidas (basicamente os de trabalhador e consumidor) e se relaciona com o Estado e a administração pública como contribuinte e cliente. Naturalmente, não encontraremos nas abordagens sobre a “cisão digital” exatamente estas categorias; mas elas nos servirão para estruturarmos o andamento da nossa investigação.

A discussão sobre a *cisão digital* vem surgindo no contexto da difusão e uso de tecnologias de manejo e transmissão de informação que permitem uma comunicação mútua (“interativa”) entre seus diferentes usuários. A convergência entre computação e informática com a transmissão à distância de dados à baixo custo (através de uma rede especificamente criada para tais objetivos; inicialmente a ARPANET nos EUA) cria as condições para uma “comunicação” que não se manifesta apenas tecnicamente no fluxo (e refluxo) de dados e informações, mas que possibilita, tendencialmente, a realização - por intermédio do novo meio técnico-informacional - de discursos e entendimentos no sentido habermasiano (por isto acreditamos mais apropriado falar de CMC - comunicação mediada por redes de computadores - do que simplesmente de TICs). Como em qualquer troca de informações entre diferentes atores sociais, realizar uma “comunicação” nesse novo meio não é nenhuma tarefa trivial; muito pelo contrário, sujeito a uma série de condicionamentos, condições e restrições sobre os quais o autor citado vem se desbrucando há mais do que 30 anos.

a) Problematização: Importância e Reconhecimento dos Desafios.

O que dizíamos inicialmente a respeito da discussão sobre as recentes transformações das sociedades contemporâneas (reestruturação econômica, modo de desenvolvimento informacional, pós-fordismo etc. etc.) pode ser facilmente confirmado para o debate mais específico referente à difusão e uso das (novas) tecnologias de informação e comunicação (vide Finquelievich, ...). As experiências a respeito são tão heterogêneas e controvertidas que nos contentamos aqui com uma demonstração mais qualitativa de duas experiências: por um lado uma demonstração de suas potencialidades “subversivas” no campo comunicativo-político (um caso que se tornou paradigma do potencial emancipador das TICs); por outro lado numa preocupação política de possibilitar a universalização de seu acesso seu potencial “integrador”.

(i) O Potencial Libertador da Comunicação Mediada por Redes de Computadores

Uma experiência já realizada, a da luta zapatista que conquistou "audiência" mundial via Internet em 1995, demonstra como este novo meio não necessariamente precisa reproduzir os padrões dominantes de poder e opressão (indica também como a mídia tradicional se negava a difundir - tornar públicos - os comunicados dos zapatistas).

São os "projetos" que ultrapassam aqui as fronteiras, e não o dinheiro. Como bem explicitou o Sub-comandante Marcos (no comunicado dos zapatistas de 17.3.1995): "E nos queremos agradecer a todos vocês. Muito obrigado ... e quando estiverem velhos podem contar aos seus netos em casa: 'Eu também lutei naquele momento, no fim do século vinte, para o México, aqui de casa mesmo; mas estive não obstante com eles ... e eu nunca vi seus *rostos*, mas conheci seus *corações* porque eram iguais aos nossos'" (conforme Wehling 1997, p. 166; tradução nossa do alemão; destaque nosso).

Atribue-se esta "qualidade" da Internet ao seu caráter caótico que torna impossível qualquer tentativa de censura; sua estrutura não hierárquica que permite comunicações "horizontais" (ao contrário dos outros meios como jornais, rádios, televisão e sua estrutura vertical); a superação rápida e efetiva, a baixo custo de superação de grandes distâncias; e de sua estrutura democrática na medida em que permite que quem quiser pode se manifestar.

Os críticos chamam, porém a atenção pelos altos custos dos equipamentos (hardware), pela infra-estrutura necessária de acesso (linha de telefone, servidor), pelo conhecimento em computação e línguas que criam barreiras que tornam este médio de uma forma geral não democrático; assim tornou-se acessível e útil apenas para as classes médias e altas nos países industrializados. E, como diz Kramer, aos excluídos pertencem então exatamente aqueles que são marginalizados de outras maneiras: são os pobres que não têm acesso a educação que vivem na periferia e em países chamados em desenvolvimento.

(ii) A Luta Contra a Pobreza e a Integração via Internet

Esperança Internet? A articulação entre as diversas escalas espaciais e grupos heterogêneos que relatamos há pouco apresenta alguns ingredientes interessantes que deixam imaginar um poder libertador e integrador da Internet. Já a experiência (por ora preparada num programa da ONU), caracterizada brevemente adiante, demonstra uma apropriação problemática que vai na direção de uma maior integração e do combate a incrustadas desigualdades econômicas e sociais nas (e entre as) sociedades contemporâneas., mas onde encontramos uma forte ambiguidade entre consciência social e interesse comercial; poder econômico e político.

Numa matéria recente na Washington Post (de 12 de agosto de 1999) seu jornalista Thomas W. Lippman relata sobre a formação de uma aliança - que chama de "improvável" - entre o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), a empresa Cisco Systems Inc., principal produtora de hardware de networking de computadores, a KPMG e a Akamai Technologies de Cambridge, Mass., que possui 90 centros de dados de dissiminação de conteúdos via Internet ao redor do mundo. Estão se juntando com a finalidade de, conjuntamente, usar o poder da Internet para atacar a pobreza de massa em países em desenvolvimento.

Seu objetivo é casar a tecnologia da Cisco com a presença global do UNDP para superar a imensa defasagem (gap) entre aqueles que "sabem e os que não sabem" ("the knows and the know-nots") como dizem as Nações Unidas. Anunciaram, para este fim, a criação do maior sitio (*site*) da Internet do mundo - o *NetAid.org* - cuja existência será divulgada, em outubro, por uma série de eventos de publicidade mundial.

Sua meta é conectar até mesmo as aldeias minúsculas do Terceiro Mundo à Internet através de computadores públicos. Artesãos locais poderiam usá-los para achar mercados no estrangeiro e cooperativas agrícolas para estudar novas técnicas agrícolas. Apostam na possibilidade de o UNDP providenciar este acesso nos 174 países de sua atuação, inclusive em muitos onde os governos implementaram restritos controles sobre o fluxo de informação. O novo diretor do UNDP, Mark Malloch Brown, descreveu o esforço de NetAid como "completamente subversivo, de modos que os ditadores de velho-linha têm dificuldade em manobrar isto". Ele disse que ele está apostando que mesmo aquelas instâncias que não querem camponeses ou trabalhadores de fábrica trabalhadores ter acesso a informação global serão relutantes para fechar ou expelir o UNDP por prover isto.

Acreditam os responsáveis que "informação é poder para os pobres do mundo" e o UNDP planeja entregá-la. Neste sentido, extrema pobreza é um enorme problema, mas está começando a ser um problema que pode ser atacado. Ou, conforme disse Brown,

"Unfortunately, extreme poverty is on the rise. The existing tools and resources to combat the world's worst poverty are clearly insufficient. NetAid will be a lasting weapon that will help mobilize people that were not involved previously, and create new virtual communities that will work together to eradicate extreme poverty."

Entretanto, bilhões de pessoas no Terceiro Mundo não têm nem mesmo eletricidade, sem pensar em computadores e acesso a provedores de Internet. De acordo com as Nações Unidas, "os literalmente bem conectados têm uma vantagem esmagadora sobre os pobres não-conectados, cujas vozes e preocupações estão sendo deixados de lado na conversação global. Forças de mercado só não vão retificar o desequilíbrio".

De acordo com os sócios da NetAid, quando o sitio vai estar online no dia 8 de setembro, ele vai criar "oportunidades para pessoas aprender, contribuir com tempo e dinheiro, trocar idéias e experiências e unir-se com aqueles que conduzem a luta contra a pobreza extrema". O sitio (site) terá a capacidade para manobrar 125.000 acessos (*live streams*) simultâneos, aproximadamente 10 vezes o tamanho de qualquer atual sitio (provedor), e 60 milhões golpes (acessos) por hora, 10 vezes o cume das últimas Olimpíadas e do Campeonato Mundial" do futebol masculino em 1998. A meta, disse o vice-presidente executivo da Cisco, Don Listwin, é providenciar um canal para fundações, grupos de voluntários, corporações e indivíduos que têm soluções prospectivas para a pobreza do Terceiro Mundo se conectarem com pessoas em países pobres que precisam de ajuda obtendo educação e achando mercados para produtos, contactando os serviços de saúde ou organizando trabalhadores.

"Nós sabemos que os camponeses em Uganda não tem um PC; mas o UNDP pode providenciar um centro comunitário onde ele pode conseguir acesso," Listwin disse. Conforme Listwin e Brown, determinações seções do UNDP, outros escritórios das Nações Unidas, igrejas e escolas que dispõem de eletricidade e computadores podem se tornar centros de informação onde as pessoas locais podem ir obter acesso à NetAid -- para achar mundialmente compradores para produtos indígenas, talvez, ou buscar informações a

respeito de um erupção de uma doença. O conceito de centros locais de acesso à Internet já está-se espalhando em países tão diverso quanto a Mongólia onde o primeiro servidor da Internet foi ativado em 1996, e a Estônia onde indicações nas ruas mostram a distancia até a próxima facilidade pública para entrar na rede.

As atividades da construção do site (sítio) estão sendo custeadas pelas empresas participantes; cada uma está disponibilizando de \$5milhões a \$10 milhões de dolares até seu lançamento. "Nós temos uma consciência social, " ele disse, mas a motivação da Cisco não é completamente altruística. Como o uso de Internet cresce mundialmente, ele disse, "nós estaremos levando para mais pessoas o ecossistema de nosso negócio".

b) Os Pros e Contras da Difusão e Uso das TICs

Os dois exemplos brevemente apresentados no item anterior nos deixam questionar sob quais condições esse novo meio de comunicação (verdadeira) pode ser apropriado para a redução da exclusão econômica e social, mas também para o fortalecimento da democracia, o "empowerment" política e cultural de classes sociais que não vêm obtendo acesso ao "núcleo" político (vide Habermas - Peters) e à formulação de sua agenda política.

Obviamente, a pergunta sobre "benefícios" ou "malefícios" das Tics é tão complexa que gerou uma grande controvérsia, diferentes abordagens e perspectivas que não vamos poder apresentar aqui – e mesmo por que qualquer esforço mais sistemática exigiria antes uma teorização e conceituação mais aprofundada sobre o assunto como vimos anteriormente ("cisão ou exclusão"?). Portanto, apesar de acreditar que a reflexão acima sobre as questões da exclusão social e segregação espacial contribua neste sentido, limitaremos-nos por ora a fornecer ao leitor uma certa gama de posicionamentos encontrados na bibliografia.

Nos últimos anos a bibliografia vai aumentando exponencialmente na medida em que a discordância a respeito das TICs e do pressuposto advento de uma sociedade de informação (ou, como outros preferem, sociedade informacional) vem-se aprofundando. O debate iniciou-se já desde a década de 70 com a contraposição entre Bell e Braverman que discutiram sobre o caráter das mudanças sociais então em curso que iriam resultar em uma sociedade "pós-industrial" (Bell) ou "desqualificada" ("de-skilling") (Braverman). Hoje, conforme Mills (1996), esse debate foi destituído de sua relevância na medida em que uma nova temática se tornou proeminente: aquela sobre as oportunidades expandidas de informação versus o incremento das desigualdades informacionais – exatamente a temático do nosso pequeno ensaio.

O mesmo autor (Miles 1996, pp. 38 ss.) oferece uma sistematização das principais perspectivas em relação à implicações sociais e econômicas das TICs que pode servir como uma primeira orientação na mencionada controvérsia. O autor parte do pressuposto (como inúmeros outros) da constatação que os avanços das TICs afirmam-se como uma das principais forças promotoras da transformação social. Nas abordagens que se desbruçam sobre estes processos ele identifica duas oposições (articuladas):

- por um lado, temos aqueles autores que aderem ao *Continuismo* (defendem a posição que nada de essencial está mudando nas nossas sociedades atualmente) ou ao *Transformismo* (dizem perceber no surgimento da sociedade de informação um grande

e significativo deslocamento histórico que muda profundamente as sociedades industriais);

- por outro lado, pode-se distinguir entre uma vertente de *Concordismo* (destaca as TICs como promotores de uma liberação na medida em que permite descentralização e democratização) e sua posição opositora de *Antagonismo* (vê o aumento da capacidade de controle social e político das TICs, o incremento das distâncias económicas e sociais já existentes – *information rich vs. information poor*);

O próprio autor procura elaborar uma perspectiva própria que se situaria dentro e entre estes quatro “polos”; não podemos aprofundar a apresentação do Miles e nem de inúmeros outros autores que procuraram elaborar esquemas semelhantes. Em outro lugar já trabalhamos uma proposta de Graham / Marvin (1996) em distinguir também quatro posicionamentos (vide Randolph 1997).

Lembrando os dois casos anteriormente apresentados (zapatistas e ONU) identificamos nas suas diferentes perspectivas claramente a primeira oposição entre *continuistas* (ONU) e *transformistas* (Zapatistas) – alias ambos aproveitando-se positivamente do novo meio. Para nosso estudo interessa no presente contexto uma explicitação da segunda oposição entre concordistas e antagonistas como foi (sem referência à sistematização de Miles) apresentado por Kramer (1998). Seu esforço de identificar os “pro-s” e “contra-s” na bibliografia sobre os impactos das novas TICs adota claramente esta segunda oposição.

Por isto, com a finalidade de fornecer mais explicitamente os critérios deste debate, o trabalho realizado por Kramer pode nos ser útil. Para sua classificação em opiniões “positivas” (concordistas) e “negativas” (antagonistas) lança mão de uma série de categorias como

- democracia – sociedade civil;
- desenvolvimento econômico;
- trabalho – sic!!;
- acesso ao recurso “informação”;
- relação centro-periferia; e
- cultura e genero.

O confronto toma a seguinte forma:

positivo	negativo
<i>Democracia - sociedade civil</i>	
Novas possibilidades para o fortalecimento de uma sociedade civil (global) num mundo em vias de globalização (Schmid/Kubicek 1994; Howard 1992; Aguiar 1997; Volkmer 1995: 28 e o .)	Acesso não democrático prejudica ainda mais aqueles que já são marginalizados (<i>information poor</i>); concomitantemente surge uma info-elite (<i>information rich</i>) (Becker 1996:29; Torres 1995:4)
São criados novos "espaços públicos"	Cria-se fundamentalmente "espaços privados" (Mitchell 1995; Warf / Grimes 1997: 167).
Impossibilidade de controle fomenta expressão livre de opinião (Hablutzel 1997).	Impossibilidade de controle abre novas possibilidades para atividades ilegais (Warf / Grimes 1997: 269).

Simplifica supervisão estatal (Berliner Datenschutzbeauftragter 1995) - tem tanto implicações negativas como positivas	
<i>Desenvolvimento Econômico</i>	
Possibilidade de 'Queimar décadas de desenvolvimento' através de um 'pulo na sociedade informacional' (Kwankam 1997 o.S.).	Reforço da dependência tecnológico do Norte
Evita o brain-drain através da possibilidade para os bem formados manter, mesmo nos seus países, a conexão com a comunidade científica (Holderness 1996: 22; Press 1996 o.S.)	
<i>Trabalho</i>	
Novos postos de trabalho por causa de vantagens locacionais em certos lugares e para determinados setores. Especialmente levantamento de dados, serviços de computação (Neyer 1996: p. 27) e informática (p. ex. na Índia: Brüne 1996: p. 683; Afemann 1997 s.p.).	Redução netto dos postos de trabalho devido a medidas de racionalização possível por causa das tecnologias de informação e comunicação. Novos postos criados (teletrabalho) não são organizáveis em sindicatos (Altvater / Mahnkopf 1996: p. 25).
<i>Acesso ao recurso "informação"</i>	
Melhor acesso a informações e conhecimento que estão localizados no centro ou nas periferias (p. ex. conhecimento médico que permite diagnoses à distância: Opeña 1998; Press 1995; publicações e revistas especializadas indisponíveis nas bibliotecas do sul: Holderness 1996: p. 20)	Inundação por informações pode gerar desinformação (Virílio 1993 fala da "parada rasante" na qual não há mais possibilidade re-flexão, so de pre-flexão); "bomba informacional"(Einstein conforme Virilio 1995 s. p.) como um dos maiores perigos da contemporaneidade.
<i>Relação centro-periferia</i>	
Chances para áreas periféricas, na "aldeia global" conseguir um melhor acoplamento aos centros. Com isto poderia ser nivelado a oposição entre centro e periferia (McLuhan 1964) p. ex. venda direta de cooperativas de pequenos agricultores (Panos 1995 s.p.).	Distribuição desigual da infra-estrutura incrementa as disparidades espaciais (Holderness 1996).
	Centros localizam-se menos em relação a critérios geográficos, mas os do poder (Hasse 1995).
Possibilidades melhoradas da geração de redes sul-sul aumenta as possibilidades da realização de uma nova ordem de informação mundial (Holderness 1996: 20).	Dados e informações têm sua origem principalmente no norte (Veja 1995: 88; Nuscheler 1996: 23; Uimonen 1997)
<i>Cultura e genero</i>	
Fomenta intercâmbio cultural (Lee 1998 o.S.).	Imperialismo cultural; Internet possibilita exposição máxima superficial de culturas exóticas (Smith 1997; Neyer 1996: 23).
Chances para mulheres por causa da estrutura anti-hierárquica, igualitária devido do maior alcance do raio de ação de mulheres pouco móveis (p. ex. no islão) e devido a "neutralidade de género" da comunicação (Chua 1995 o.S.).	Agudização da situação prejudicial das mulheres na medida em que são prejudicadas por causa das importantes condições de acesso educação e controle sobre recursos financeiros (Inoue 1994: 14; Becker 1996); válido especialmente para mulheres na influência árabe.

c) Opiniões vs “Realidades”: Primeiras Indicações Quantitativas sobre o “Digital Divide” nos EUA e no Brasil

Como vimos, há uma série de argumentos favoráveis e desfavoráveis a respeito da capacidade das TICs gerarem maiores graus de integração e/ou menores níveis de exclusão nas sociedades capitalistas contemporâneas (excludentes em diferentes graus conforme continente e país). Aderir a uns ou outros depende em grande medida da perspectiva (teórica, ideológica, política) de cada autor.

Não será possível, é óbvio, “resolver” este impasse entre os argumentos com uma simples investigação dos “reais efeitos” do avanço das TICs. Apenas para complementar – identificando pelo menos certas tendências que têm alguma plausibilidade - e ilustrar o confronto entre as perspectivas, apresentaremos agora alguns dados e informações que dizem respeito a “situação real” em dois países:

- primeiro, nos Estados Unidos da América, país onde difusão e uso são mais avançados (aproximadamente 25% da população já está conectada à Internet) e onde encontramos dados bastante detalhados e significativos; e,
- segundo, no Brasil com um grau muito menor de penetração das tecnologias e onde ainda não existem muitas informações a respeito do nosso tema. Mas mesmo assim parece-nos interessante pelo menos apontar alguns traços específicos no nosso país para ter uma ainda que provisória impressão de um possível padrão (e magnitude) da “cisão digital”.

(i) Situação e Tendências da "Cisão Digital" nos Estado Unidos

Não deixa de ser curioso (porém não muito surpreendente) que nos órgãos de governo dos EUA encontramos o mesmo posicionamento em relação ao uso (positivo) das TICs como expresso anteriormente pela ONU. Se incorporássemos programas de outros continentes e países encontraríamos situações semelhantes (tanto nos países da Europa e nos programas da Comissão Europeia – vide nossa discussão em Randolph 1998; como também na Ásia). Há um esforço global (inclusive coordenado pelo grupo G7) de fazer avançar a difusão dessas tecnologias em prol de novas formas econômicas (“economia digital”), de integração social (“sociedade informacional”) e participação política (“tele-democracia”)

Como “país-líder” (hegemônico) deste movimento, os Estados Unidos merecem nossa especial atenção como já mencionamos antes. Parece ser, basicamente, o Ministério de Comércio (Department of Commerce) o principal responsável para acompanhar e supervisionar estes processos. Pelo próprio ministério e por sua agência especializada no assunto das TICs – a Administração Nacional de Telecomunicações e Informações – NTIA – estão sendo elaborados periodicamente relatórios que, pelas próprias palavras do Ministro (Secretary) para contribuir para a compreensão, mensuração e explicação dos efeitos na nação da chamada revolução informacional. Há uma preocupação com a emergência da “economia digital” (dois relatórios; um em 1998 e outro agora em 1999), seus efeitos sobre o trabalho (“dilema digital) e, o que nos interessa aqui, a respeito da “cisão digital”. A última temática fica a cargo da NTIA que apresentou em julho deste ano

o terceiro relatório sobre os efeitos da difusão e uso das TICs na sociedade estado-uniãoense sob o título “Caindo pela Rede: Definindo a Cisão Digital”.

Na medida em que a emergente economia digital torna-se a principal força de promover o bem-estar econômico para a população, o domínio de habilidades informacionais e o acesso aos instrumentos informacionais precisam ser assegurados para a totalidade da população – eis a argumentação oficial. Para que a economia possa crescer vigorosamente e, no futuro, ninguém esta deixado para trás.

O mais recente relatório da NTIA sobre o Digital Divide procura identificar os possíveis problemas que o avanço desigual e excludente das tecnologias possa haver provocado em diferentes segmentos da população. Os dados aí trabalhados foram obtidos através de um censo nacional (via amostragem) em dezembro de 1998 e abrangem um amplo espectro de variáveis demográficas, econômicas, sociais e também organizadas territorialmente. Diferencia principalmente entre *Acesso* e *Uso* em relação aos três instrumentos considerados de maior importância:

- telefonia e outras formas de distribuição de informações (cabos; linhas de força);
- computação; inclusive considerando o acesso à televisão via computador (“WebTV”);
- e, como articulação em rede dos computadores, a Internet (ou WWW).

Como principais critérios para identificar as diferenciações de acesso e uso das tecnologias por diferentes grupos populacionais (segmentos sociais) foram utilizados os seguintes:

- localização da pessoa (área rural; área urbana; área da cidade central – isto é, a cidade maior dentro de uma área metropolitana definida conforme *Census Bureau*; utilizou-se ainda a especificação de certas variáveis por estado – unidade da federação);
- renda conforme nove faixas de salário familiar;
- raça / origem (branco, negro, hispânico, origem asiática);
- educação;
- idade;
- gênero
- tipo de domicílio (também estrutura familiar – presença de adultos e crianças);
- lugar de uso das tecnologias (casa – não casa; Não-casa: escola, biblioteca, emprego, centros comunitários);
- tipo de uso (relativo ao emprego; comunicação com familiares e amigos; hobbies, lazer, interesses especiais)

Pelos dados e tabelas apresentados podemos deduzir que a Internet, pelo menos seletivamente em termos quantitativos nos EUA, vem crescendo quase exponencialmente, afirmando-se como um meio com alto grau de sofisticação técnica e oferecendo, quando observamos as informações a respeito de seu uso, a potencialidade de uma "verdadeira" comunicação (partindo da hipótese que a “comunicação.com familiares e amigos” tenha como corrolário a intenção de uma compreensão e entendimento mútuo).

Mas, quando se observa as distinções “clássicas” (vide acima no item 2) a respeito de desigualdades e exclusões sociais, re-encontra-se o mesmo padrão: há uma tendência expressa pelos dados que grupos populacionais (com maior aglomeração em determinadas áreas) estão acompanhando o ritmo de expansão da difusão e uso numa velocidade menor do que outros grupos e segmentos da sociedade norte-americana.

São fundamentalmente os negros e hispânicos, de faixas de renda mais baixo, com níveis de educação menores que estão “ficando para trás”. Cujas chances de reduzir a “distância social” (ou chances de se afastarem cada vez mais) em relação a outros grupos mais privilegiados vai diminuindo na mesma proporção que a “economia digital” vai avançando; podendo tornar-se, inclusive, uma séria limitação para o dinamismo desta (dentro de uma perspectiva continuista, é óbvio).

Sem poder aqui entrar em maiores detalhes, é possível arriscar a interpretação que, mesmo no país mais rico do mundo com taxas de desigualdades sociais ainda moderadas em relação aos países menos industrializados, não temos indícios suficientes para poder apoiar com certa plausibilidade a perspectiva positiva em relação a quase todos seus critérios:

- em relação a: democracia – sociedade civil; aqui não temos elementos suficientes no referido relatório;
- em relação ao: desenvolvimento econômico; há uma tendência mais negativa em relação a determinados segmentos (classes) da sociedade;
- em relação a trabalho/emprego – idem;
- em relação a acesso ao recurso “informação”; as informações sugerem que a perspectiva negativa seja a mais provável para aqueles segmentos já citados;
- em relação a relação centro-periferia; não há possibilidade de tirar conclusões;
- em relação a cultura e gênero – talvez seja o critério que aponta mais claramente que os efeitos negativos sobressaiem os efeitos positivos;

Em síntese, o quadro nos EUA aponta para uma diferenciação tanto entre grupos e classes sociais como para o surgimento de novas características (empíricas) das desigualdades, cisões e exclusões sociais. Tomaremos estes primeiros e ainda pouco nítidos indícios como desafio para nossa reflexão.

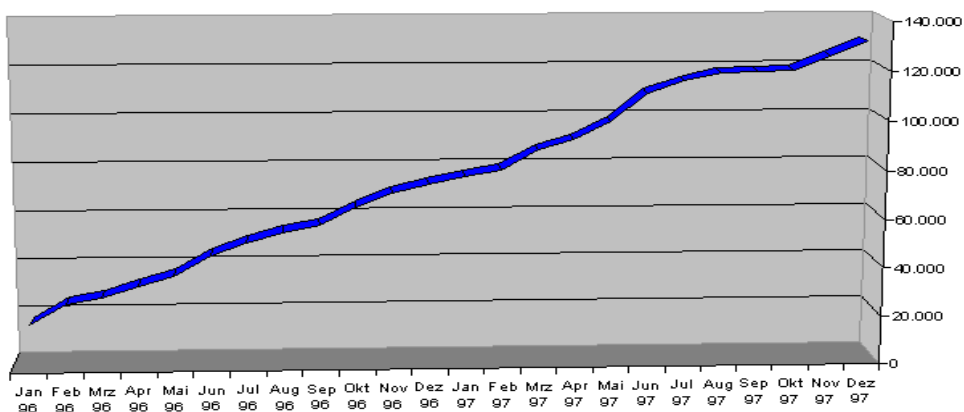
(ii) Cisão Digital no Brasil

À guisa de uma primeira ilustração (e por ainda estarmos pesquisando os dados mais específicas sobre o assunto) apresentamos no caso do Brasil apenas o acesso da população à telefonia e a oferta de acesso e uso da Internet.

- *Desigualdades do acesso à telefonia*

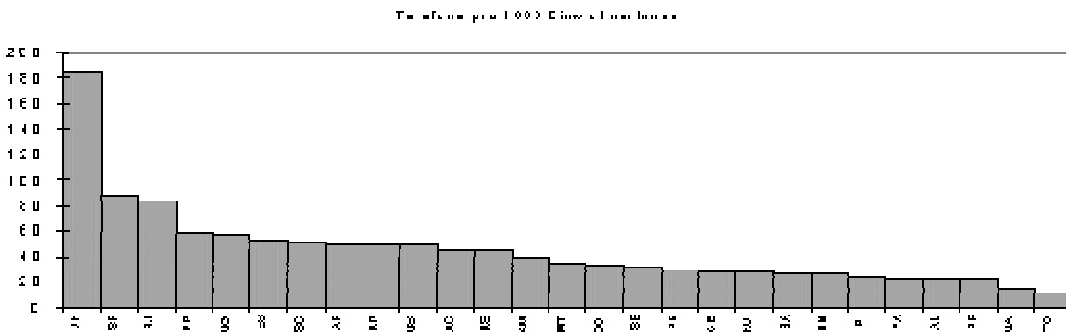
Se há uma certa “homogeneidade” entre diferentes grupos e classes sociais nos EUA, ela se refere ao acesso a telefonia que está absolutamente garantida para a quase totalidade da população.

Usamos as poucas indicações a seguir apenas para imaginarmos a dramaticidade situação brasileira em relação ao acesso a este meio de comunicação.



Na curva aqui apresentada vemos como aumentou significativamente o número de linhas telefônicas disponíveis para a população entre 1995 e 1997;

Poder-se-ia alterado também o quadro dramático das diferenças do acesso entre os diferentes estados da federação como mostrar o seguinte “chart” que apresenta os telefones por mil habitantes (em 1995 - conforme IBGE; Fonte: KRAMER);

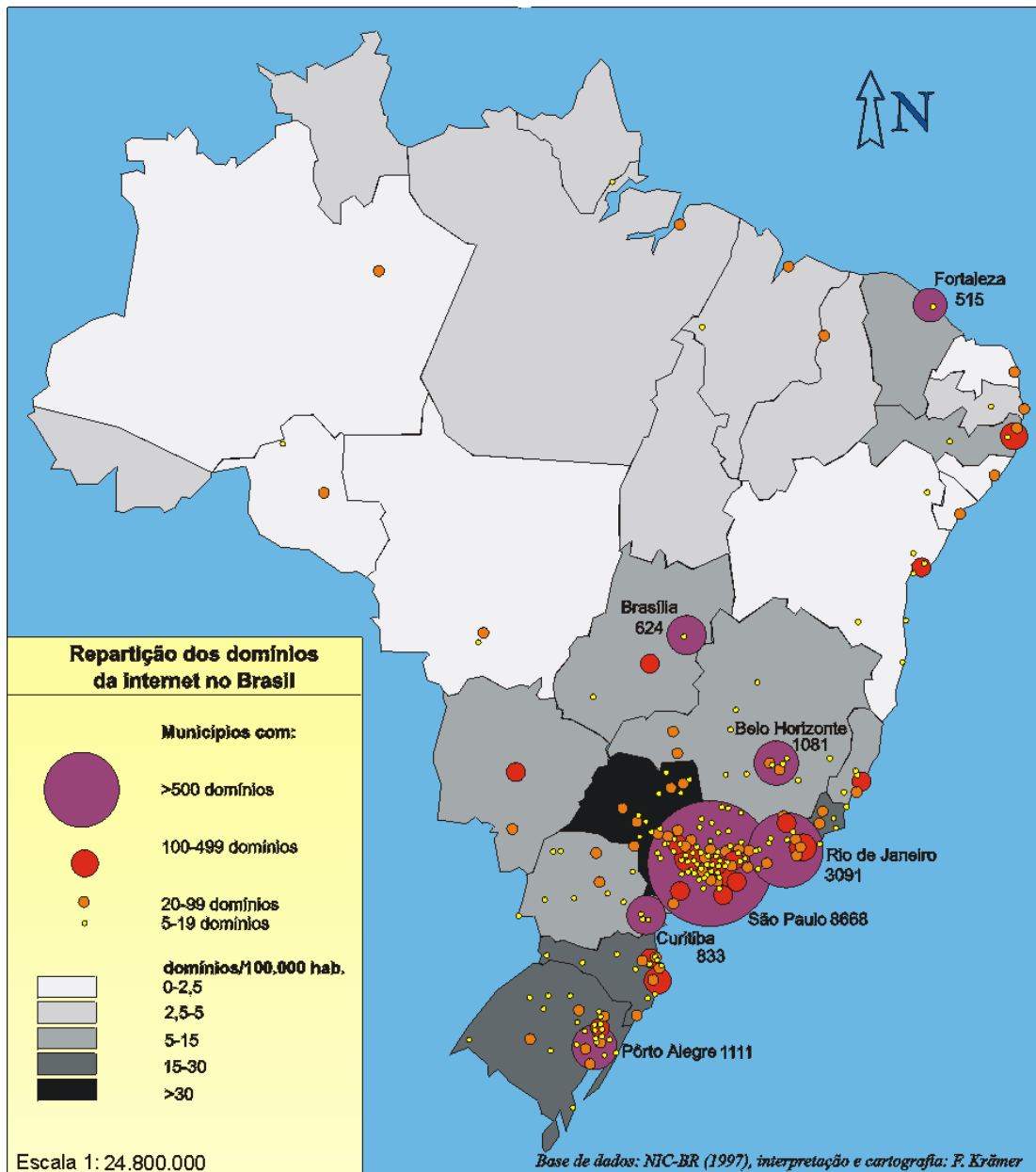


Entretanto, acreditamos que aquele aumento é capaz de apenas ter contribuído para um aprofundamento das desigualdades.

- *Desigualdades da oferta de acesso - hosts e domínios no Brasil*

Na ausência de dados sobre a difusão e uso dos computadores no Brasil, reportamo-nos apenas ainda a uma indicação do uso diferenciado da Internet entre as principais metrópoles e regiões do país.

No mapa na página seguinte observamos a distribuição territorial de domínios ou “hosts” no Brasil – ou seja, em que lugares encontram-se que quantidades de empresas que tem sua presença na Internet registrada por um endereço próprio. Mesmo não sendo o melhor indicador a respeito do uso, uma concentração maior (ou menor) de endereços na Internet nos diz algo sobre a dinâmica diferenciada como este novo meio esta sendo adotado no país. E, conforme o mapa, re-encontramos um padrão de desigualdade por demais conhecido em relação a outras variáveis.



Como já anunciamos antes, trata-se aqui apenas de uma primeira ilustração do caso brasileiro em relação à questão da “cisão digital”.

4. À Guisa de uma Conclusão: O Desafio do "Digital Divide" Para a Compreensão da Exclusão

Procuramos reunir, no nosso ensaio, elementos e argumentos que possam ajudar a uma problematização mais cuidadosa e aprofundada do que isto é feito em muitas abordagens. Pretendíamos com isto sensibilizar os estudiosos no sentido de compreender o desafio do “digital divide” como desafio para repensar a questão da exclusão em duas diferentes facetas nas sociedades capitalistas contemporâneas.

A revisão daquelas conceituações acerca da exclusão e segregação brevemente apresentado no item 2, deveria buscar dar conta daquelas transformações que são hoje discutidos sob o título da globalização enquanto uma fase da internacionalização de redes e sistemas, da caída do muro de Berlim e da desregulação radical ao nível dos estados nacionais (Mittelart, 1998, pp. 22ss.). As novas tecnologias se inscrevem desta maneira numa mutação que o autor descreve da seguinte maneira:

“En el transcurso de esa mutación, la comunicación se ha profesionalizado y el modelo empresarial de las comunicaciones se ha impuesto en el conjunto de la sociedad como único modo de comunicarse. La comunicación así concebida se ve ya considerada, incluso por el Estado, como una excelente tecnología de gestión social. A título de ilustración basta considerar la expansión en los años 80 del modo empresarial de comunicación en las instituciones estatales, las asociaciones humanitarias o las comunidades territoriales que han redefinido sus relaciones con los ciudadanos y con la sociedad civil recurriendo al imaginario de la publicidad.” (idem)

O debate a este respeito precisa ser incorporado ao tema que nós nos propusemos trabalhar aqui. Novas formas e formatos de comunicação (como vimos muito por alto nas informações sobre os EUA) produzirão novas dimensões de integração e exclusão que as abordagens comprometidas com a categoria central do trabalho e da sociedade capitalista como a de trabalho podem ter dificuldades de absorver. *Comunicação* compreendida em toda sua profundidade POLÍTICA e CULTURAL (vide para isto os livros mais recentes de Habermas e Touraine).

Mittelart propõe a introdução da idéia da “comunicação-mundo” (remetendo à “economia-mundo” de Braudel). Com a qual pretende expressar que a globalização não é a única lógica que orienta as transformações na comunicação. Ve neste novos cenários da comunicação internacional os indícios mais preocupantes das mutações sociais recentes a nível global.

“La ‘comunicación-mundo’ permite dar cuenta de las lógicas de mundialización sin mistificarlas. Al contrario de lo que pretende hacer creer la representación globalista e igualitarista del planeta {lembremo-nos da perspectiva continuista da ONU} del planeta, esas lógicas nos recuerdan que la mundialización de las economías y de los sistemas de comunicación es indisoluble de la creación de nuevas desigualdades entre países y regiones, y entre los diversos grupos sociales; con otras palabras, es fuente de nuevas exclusiones.” (idem)

Deduzimos desta visão transformista-antagonista de Mittelart que mais do que nunca precisamos aguçar nossa percepção empírica (vide item 3) e nossa reflexão teórica para avançar concomitantemente na des-construção das outras perspectivas que se mostram claramente dominantes. Imaginamos que o caminho para rever os conceitos tradicionais passa pela incorporação explícita das dimensões políticas e culturais das novas (e velhas que permanecem) de comunicação. Para citar pela última vez o autor:

“La tensión entre la pluralidad cultural y las fuerzas centrifugas del cosmopolitismo mercantil ha revelado la complejidad de las reacciones frente al surgimiento de un mercado único a escala planetaria. .. Comienzan a plantarse nuevas preguntas: Que sentido adquiere para las diferentes comunidades la conexión a las redes que constituyen la trama de la mundialización? Como resisten, se adaptan o sucumben? ... Está el proveer del mundo en el mestizaje y la criollización?”

En el umbral del tercer milenio la comunicación sigue siendo una cuestión política central que atrae cada día más la atención de los ciudadanos.” (idem)

E, acreditamos, que estas perguntas podem nos ajudar no reconhecimento de novas formas de exclusão que – apesar de todo “orimismo” dos continuistas – vão já mostrando suas primeiros contornos.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar Lopes, Sonia (1996): A teia invisível. Informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais. Tese de doutorado em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aguiar, Sónia (1997): Informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais. <http://www.conexao.com.br/arquivo/teiainv2.htm>.

Altvater, Elmar (1997): Markt und Demokratie in Zeiten der Globalisierung und ökologischer Krise. In: Elmar Altvater; Achim Brunnengräber; Markus Haake und Heike Walk (Hrsg.): Vernetzt und Verstrickt. Nicht-Regierungsorganisationen als gesellschaftliche Produktivkraft. Münster.

Altvater, Elmar und Birgit Mahnkopf (1996): Der Tanz um das goldene Kalb – Globaler Wettbewerb und lokale Wettbewerbsfähigkeit. In: Blätter des iz3w, September 1996, Nr. 216, S. 24-26.

Altvater, Elmar; Achim Brunnengräber und Heike Walk (1997): Vernetzt und Verstrickt – Einleitung. In: Elmar Altvater; Achim Brunnengräber; Markus Haake und Heike Walk (Hrsg.): Vernetzt und Verstrickt. Nicht-Regierungsorganisationen als gesellschaftliche Produktivkraft. Münster, S. 10-25.

Becker, Jörg (1996): Keine alternative Nische. Internet: Die Illusion unkontrollierter Kommunikation. In: epd-Entwicklungspolitik, 4/96 (Februar), S. 29-31.

Brüne, Stefan (1996): Zwischen High-Tech und Low Budget – Die ehemalige Dritte Welt und die Neuen Medien. In: nord-Süd aktuell, 4/1996, S. 679-691.

CASTEL, Robert.(1995) *.As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes,

CASTELLS, Manuel (1995) *La Ciudad Informacional: tecnologías de información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional*. Madrid, Alianza Editorial S.A.,

CASTELLS, Manuel. (1997) *La sociedad red*. Madri S.A., Alianza Editorial

Finquelievich, S. ...

Habermas, J.

- Hablützel, Niklaus (1997): Zensur lohnt sich nicht. In: taz, 23.10.1997, S. 18.
- Hasse, Jürgen (1995): Verschwindet der Raum? In: Wechselwirkung, Dezember 1995, S. 54-59.
- Hasse, Jürgen (1997): Mediale Räume. Oldenburg (=Wahrnehmungsgeographische Studien zur Regionalentwicklung, 16).
- Hasse, Jürgen (1998): Zum Verhältnis von Raum und Körper in der Informationsgesellschaft. Aspekte einer geographischen Anthropologie. In: Geographica Helvetica, Nr. 2, S. 51-59.
- Holderness, Mike (1996): A promising solution fraught with peril. In: CERES. The FAO-Review. No. 158 (vol. 25, N° 2), March / April 1996.
- Howard, Frederick (1992): Computer Networks and the Emergence of Global Civil Society: The Case of the Association for Progressive Communication. mimeo.
- Kapor, Mitchell u. John Perry Barlow (1990): Across the electronic frontier. Electronic Frontier Foundation. http://www.eff.org/pub/EFF/electronic_frontier.eff.
- Kramer, (1998)
- MARCUSE, Peter. (1989) *International Journal of Urban and Regional Research*, volume 13, number 4, New York, University Press, dezembro.
- Mattelart, A. (1998) Lo que está en juego en la globalización de las redes. In: Ramonet, I. (ed.) *Internet, el mundo que chega*. Madrid: Alianza Ed., pp. 19-31
- Neyer, Jürgen (1996): Chancen und Gefahren der neuen Kommunikationstechnologien. In: epd-Entwicklungspolitik 14 / 96, S. 26-30.
- Nuscheler, Franz (1996): Faszination und Schrecken globaler Telekommunikation. In: epd-Entwicklungspolitik, 14/96, S. 22-25.
- OLIVEIRA, Francisco (1988) *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes,.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- Press, Larry (1996): The Role of Computer Networks in Development. <http://www3.rcp.net.p e/VFORO/memorias/ing/press5.htm>.
- Randolph, R. (1997) ...
- Randolph, R. (1998) ...
- Schmid, Ulrich und Herbert Kubicek (1994): Auf den Datenautobahnen in die Zivilgesellschaft? In: Das Argument, 206, Heft 4/5, S. 713-723.
- Torres, Asdrad (1995): Die große Illusion vom demokratischen Internet. In: Monde Diplomatique (deutsche Ausgabe), November 1995, S. 4-5.

Virilio, Paul (1995): Die Informationsbombe. Paul Virilio und Friedrich Kittler im Gespräch. Ausgestrahlt im Deutsch-französischen Kulturkanal ARTE, November 1995. <http://www.dds.nl/%7En5m/texts/gespraec.htm>.

Volkmer, Ingrid (1995): Auf dem Weg in die globale Zivilgesellschaft: neue Formen globaler Kommunikation am Beispiel der Medienberichterstattung über die Weltfrauenkonferenz in Beijing.- In: Frauenanstiftung e.V. (Hrsg.): Auf dem Weg in die Kabeldemokratie – Frauen in der Medien- und Kommunikationsgesellschaft. Hamburg.

Wahl, Peter (1997): Mythos und Realität internationaler Zivilgesellschaft. Zu den Perspektiven globaler Vernetzung von Nicht-Regierungs-Organisationen. In: Elmar Altvater; Achim Brunnengräber; Markus Haake und Heike Walk (Hrsg.): Vernetzt und Verstrickt. Nicht-Regierungsorganisationen als gesellschaftliche Produktivkraft. Münster, S. 286-307.

Walk, Heike und Achim Brunnengräber (1998): NGO-Netzwerke. Strukturen, Aufgaben, Funktionsbedingungen und Handlungsräume. In: Barfuß auf diplomatischem Parkett. Dokumentation einer Tagung der Evangelischen Akademie Loccum von 19. bis 21. März 1997. S. 118-141. Loccum.

Walker, John (1998): Internet - the Arab Men's World. Beitrag in der Mailingliste "GKD" (Global Knowledge and Development am 15.7.1998. (gkd@tristram.edc.org).

Warf, Barney und John Grimes (1997): Counterhegemonic discourses and the Internet. In: The Geographical Review 87 (2), S. 259-274.

XIBERRAS, Martine (1993).*As Teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa, Instituto Piaget